

# Lula condena operação da PF contra Wagner

## Ex-presidente condena operação da Polícia Federal contra ex-governador Jaques Wagner

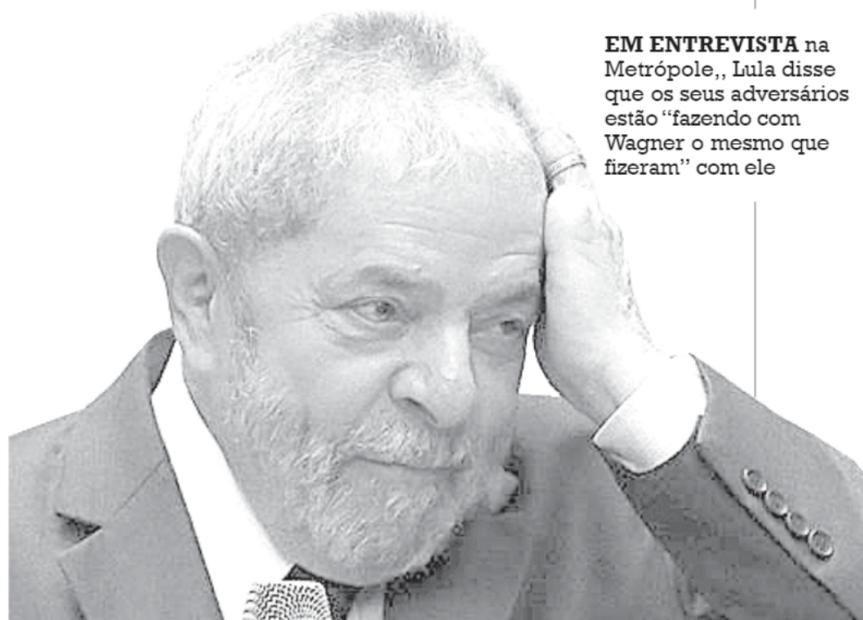
RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) condenou, ontem, a operação da Polícia Federal contra o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE) e ex-governador da Bahia, Jaques Wagner (PT). Em entrevista à rádio Metrôpole, o ex-chefe do Palácio do Planalto chamou a ação da PF de "absurdo dos absurdos". Lula disse, ainda, que os seus adversários estão "fazendo com Wagner o mesmo que fizeram" com ele. "É pura pirotecnia, invadir a casa de Wagner, por exemplo. Não poderia ter solicitado ele para um depoimento? Vamos brigar contra isso", afirmou.

Já, no final da entrevista, Lula pediu que o secretário permanecesse "com a cabeça erguida que a luta continua". Na semana passada, a Polícia Federal cumpriu mandando de busca e apreensão na casa de Jaques Wagner. A ação fez parte da Operação Cartão Vermelho, que apura irregularidades na contratação dos serviços de demolição, reconstrução e gestão da Arena Fonte Nova, em Salvador. A obra, segundo laudo da PF, foi superfaturada em valores que, corrigidos, podem chegar a mais de R\$ 450 milhões, e grande parte teria sido desviada para o pagamento de propina e o financiamento de campanhas eleitorais. Deste total, Wagner é investigado por supostamente ter recebido R\$ 82 milhões. O ex-governador da Bahia associou a operação da PF ao surgimento de seu nome como "plano B" do PT para a corrida presidencial. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve a deci-

são do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelo processo da Lava Jato na primeira instância, e ampliou a pena de nove anos e seis meses para 12 anos e um mês para Lula.

Com a permanência da punição, o ex-chefe do Palácio do Planalto deve ter a candidatura indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na Lei da Ficha Limpa. Ainda na entrevista, Lula voltou a jurar inocência. Cobrou provas de que o triplex em Guarujá, que o levou à condenação em segunda instância, seja dele. Citou, também, o caso do ex-ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima (MDB), flagrado com malas de dinheiro em um apartamento na capital baiana. "Estou dizendo que não é meu [o triplex] e já provei que não é meu. Eles dizem que é meu e não provam. Eles querem me desmoralizar. Por que não conseguem? Foram na casa de Geddel e acharam mala de dinheiro. [Foram] na minha casa e não encontraram nada. Por que não pede desculpas a mim?", questionou.



**EM ENTREVISTA** na Metrôpole,, Lula disse que os seus adversários estão "fazendo com Wagner o mesmo que fizeram" com ele

## Ex-presidente defende aliança feita com o PMDB

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O ex-presidente Lula defendeu, ontem, também, a aliança que firmou com o MDB no seu governo e no da ex-presidente Dilma Rousseff (PT). "Vamos parar de hipocrisia, a gente tem que fazer aliança com quem ganha as eleições.

É importante que o povo comece a assumir responsabilidade, não adianta votar em presidente progressista e Congresso conservador. Essa é uma campanha que quero fazer olhando no olho do neto, da bisneta, do filho", ressaltou, em entrevista à rádio Metrôpole.

O petista se mostrou a favor também de uma nova Constituinte.

te.

"Para consertar esse país temos que revogar a PEC dos gastos. A Constituição de 1988 já foi para o 'beleleu'. Mais de 105 emendas. Estão entregando a Petrobras, tentando acabar com a soberania brasileira. Vamos precisar fazer coisas muito fortes", pontuou.

## Comissão entrega proposta da nova Lei Orgânica do Município

HENRIQUE BRINCO  
REPÓRTER

O Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município, elaborado pela Comissão Especial de Revisão da LOM, presidida pela vereadora Lorena Brandão (PSC), foi entregue no início da sessão ordinária de ontem ao presidente da Câmara de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), pelo coordenador e relator Edvaldo Brito (PSD). A proposta de reforma será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para análise da constitucionalidade e a partir daí passará a tramitar pelas 11 comissões permanentes. Em cada uma delas, como observou Leo Prates, o PEL será debatido em audiência pública com a sociedade civil (até 16 de maio), complementando o processo iniciado no ano passado pelo colegiado de Revisão da LOM, que realizou cinco audiências. "Este sem dúvida

é o trabalho mais importante da atual legislatura, nossa Constituinte Municipal, que afeta a cidade como um todo", frisou Prates, ressaltando que desde 1990, quando foi promulgada, recebeu 40 emendas sem que tenha passado por nenhuma revisão.

Pelo cronograma definido, o projeto retorna dia 5 de maio à CCJ para a revisão final e no dia 11 de julho será iniciada a etapa de votação em plenário, artigo por artigo, num total de 293, até o dia 15 de outubro. O texto final será apresentado pelo também relator Alfredo Mangueira (MDB). "A própria Lei Orgânica determina que a atualização deveria ser feita de quatro em quatro anos e isso nunca ocorreu", frisou o presidente da Casa.

Ele chamou atenção para a total independência desse processo, já que a LOM é promulgada pela própria Câmara, não dependendo de sanção do prefeito. "Será um presente que daremos à cidade no fi-

nal da nossa gestão", destacou Leo Prates.

Edvaldo Brito classificou a revisão da LOM como um dos trabalhos mais importantes que desempenhou, sem partidização e com total empenho dos demais integrantes do colegiado. "Foi um trabalho coletivo, do qual me orgulho muito. A Lei Orgânica trata de várias áreas, como saúde e habitação, e traz normas programáticas que serão expurgadas para a colocação de normas objetivas", ressaltou.

Entre os pontos conflitantes do texto atual com o Regimento Interno, Lorena Brandão apontou o caso da necessidade de licença do prefeito, observando que a LOM fala em 30 dias e o Regimento em 15 dias. Compõem a Comissão de Revisão da LOM, ainda, os vereadores Kiki Bispo (PTB), Tiago Correia (PSDB), Sidinho (Podemos) e Silvío Humberto (PSB) e as vereadoras Aladilce Souza (PCdoB) e Marta Rodrigues (PT).



**LEO PRATES** diz que "este sem dúvida é o trabalho mais importante da atual legislatura, nossa Constituinte Municipal, que afeta a cidade como um todo"

## Neto é contra a Assembleia investigar a obra da Barra

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), se mostrou ontem, contra a articulação do governo do Estado para instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) para investigar as obras feitas pela administração do democrata na Barra. Na avaliação do chefe do Palácio Thomé de Souza, a Casa Legislativa "não tem competência" para apurar o caso. "A Assembleia Legislativa não tem competência alguma para tratar da Barra. Não há recursos estaduais envolvidos na obra da Barra. Os deputados estaduais não têm competência. A Fonte Nova é uma obra estadual, a Barra é uma obra municipal. Se quiser fazer investigação, que faça na Câmara Municipal de Salvador, que é o órgão competente para investigar", frisou, em entrevista à imprensa, após o lançamento da segunda edição da Maratona Salvador, no UCI Orient do Shopping Barra.

A articulação do governo para criar a CPI da Barra ocorreu após a oposição protocolar pedido uma comissão sobre a Fonte Nova. A minoria que apurar o contrato do governo do estado e o consórcio Fonte Nova Participações (FNP), que é formado pelas empreiteiras Odebrecht e OAB e foi responsável pela construção do estádio. De acordo com o líder do governo, Zé Neto (PT), o pedido para instalar a CPI da Barra será protocolado hoje. "Já estamos terminando o texto. [A oposição] pode vir quente, que estou fervendo. Eles



**ACM NETO** disse que a Assembleia não tinha competência para investigar as obras feitas por sua gestão

querem fazer fato político com base em uma investigação, que já foi finalizada. É uma investigação que não tem novidade. Não tem fato novo. Estão sem fato para atingir o governo e querem criar. Mas, enfim, a gente não tem nada a temer", afirmou Zé Neto, em entrevista à Tribuna.

O deputado ameaçou, ainda, pedir a instalação de outras comissões, como sugeriu o governador Rui Costa (PT). O chefe do Palácio de Ondina quer, além de uma CPI da Barra, outra para apurar os empréstimos consignados concedidos pela prefeitura. "Acho que deve formar CPI, por exemplo, para avaliar quem está ganhando dinheiro indevidamente com contrato de débito em conta com consignação no Município de Salvador, quem está enriquecendo com isso", afirmou o gestor estadual.

## Ex-prefeito de Ruy Barbosa denunciado por desvio de verbas

O Tribunal de Contas dos Municípios rejeitou ontem as contas do ex-prefeito de Ruy Barbosa, José Bonifácio Marques Dourado, relativas ao exercício de 2014 e o denunciou por desvio de mais de R\$ 7 milhões de verbas do Fundeb. O relator, conselheiro substituto Antônio Carlos da Silva, multou o gestor em R\$67 mil pelas irregularidades apuradas durante a análise técnica das contas e em razão de gastos excessivos com pessoal. E determinou a restituição aos cofres municipais da quantia de R\$63.754,14, com recursos pessoais, em razão da ausência de comprovação da execução de serviços de consultoria e assessoria tributária pela empresa GS Serviços de Assessoria Técnica e Consultoria (R\$40 mil) e despesas ilegítimas com multas e juros (R\$23.754,14).

Diante das gravíssimas irregularidades apuradas na aplicação de recursos do Fundeb, objeto inclusive de operação da Polícia Federal denominada de Águia de Haia, o relator também determinou o encaminhamento do parecer prévio ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, à Justiça Federal e à Polícia Federal, para adoção das medidas cabíveis, já que os indícios apontam o cometimento de vários crimes contra a administração pública, inclusive crime de corrupção. O ex-prefeito ainda terá que promover o ressarcimento à conta específica do Fundeb da quantia de R\$1.705.520,50, com recursos pessoais, diante das irregularidades apuradas na relação contratual entre a prefeitura e as empresas Ktech

Key Technology Gestão e Comércio de Software e Kells Bellarmino Mendes, nos meses de janeiro a outubro de 2014

A equipe técnica do TCM concluiu pela existência de direcionamento na contratação das empresas do grupo liderado por Kells Bellarmino Mendes, no período de 2010 a 2015, inclusive com pagamentos 84% acima dos valores contratados. Além disso, houve a realização de pagamentos referentes a serviços não executados ou executados de forma aquém ao licitado, no montante de R\$1.064.000,00, e a majoração dos preços licitados pela Prefeitura de Ruy Barbosa, o que resultou em um superfaturamento/sobrepreço provenientes dos processos licitatórios PP025/2010, PP013/



**TCM REJEITA** as contas do ex-prefeito de Ruy Barbosa, José Bonifácio, e o denuncia por desvio de R\$ 7 mi do Fundeb